



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA BÁ

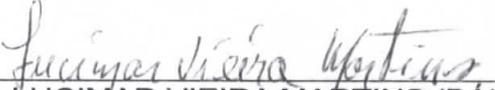
REQUERIMENTO Nº **5877/2018**

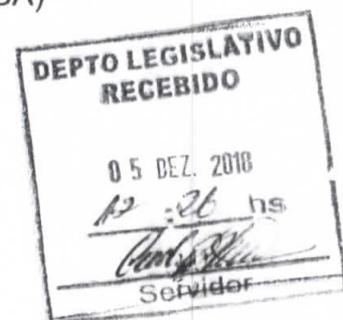
Requer a transcrição, para os anais desta Casa Legislativa Municipal, da matéria "Sobre a precariedade no trabalho", publicada no Jornal O Povo, edição de 05 de dezembro de 2018.

Exmº Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

A Vereadora LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ) vem à presença de V. Exª requerer que se digne proceder a transcrição, para os anais da Câmara Municipal de Fortaleza, da matéria "*Sobre a precariedade no trabalho*", em anexo, publicada no Jornal O Povo, página 26, seção Opinião, edição de 05 de dezembro de 2018.

Departamento Legislativo, em 05 de dezembro de 2018.


LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ)
Vereadora do PTC



26 OPINIÃO

26

OPINIÃO

COMENTE NOSSO EDITORIAL: OPINIAO@OPVO.COM.BR

WWW.OPVO
QUARTO
FORTALEZA - CEARÁ - 5 DE DEZEMI

EDITORIAL

Sobre a precariedade no trabalho

Duas notícias publicadas na edição de ontem, em páginas diferentes, porém relacionadas uma à outra, expõem a precariedade a que, ainda, estão submetidos os trabalhadores em serviços irregulares ou mesmo em algumas empresas formais. A primeira informa sobre 75 cearenses que foram resgatados, desde 2015, do trabalho análogo à escravidão, em cidades do interior paulista. A outra notícia aborda o Fórum de Saúde e Segurança do Trabalho, que reuniu juizes, empresários e trabalhadores para debater o assunto, em Fortaleza. No evento, foi divulgado

que, a cada hora, um trabalhador é vítima de acidente de trabalho no Ceará. Infelizmente, ainda são bastante comuns diversas formas de trabalho escravo, que continua a persistir no Brasil, mesmo 130 anos após o fim da escravidão. Segundo levantamento do portal Gi, entre agosto 2016 e o mesmo mês de 2017 foram resgatados 1.122 trabalhadores em situação análoga à escravidão em todo o País. Desses, 153 foram encontrados pelos fiscais em situação de restrição de liberdade, impedidos de deixar o local de trabalho. Segundo o portal, das 315 fiscalizações analisadas, 117 encontraram ao menos um trabalhador em situação degradante.

Quanto aos acidentes, o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho informa que, em 2017, pelo menos um trabalhador brasileiro morreu a cada quatro horas e meia, vítima de acidente de trabalho. Segundo o levantamento, entre 2012 e 2017, a Previdência Social gastou mais de R\$ 26,2 bilhões com o pagamento de auxílios-doença, aposentadorias por invalidez, auxílios-acidente e pensões por morte de trabalhadores. O estudo mostra ainda que o País perde 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB), anualmente, com gastos decorrentes da falta da prevenção aos acidentes de trabalho.

Os acidentes de trabalho provocam perdas irreparáveis para os trabalhadores e, também levam prejuízo às empresas e às contas públicas. O trabalho escravo, por sua vez, é uma indignidade que tem de ser erradicada. Com o fim do Ministério do Trabalho, anunciado pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, distribuíram-se as suas atividades para outros ministérios, mas ainda não se informou qual área ficará encarregado pela inspeção das condições de trabalho. O que se espera, é que o setor de fiscalização mantenha-se relevante e ativo, pois é essencial para combater os dois graves problemas aqui citados. ■